

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



6.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1293

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (42.ª Reunião / 27.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/11/13):

- **Deliberação n.º 470/AML/2018 - Proposta n.º 402/CM/2018**
- Versão final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 2364 (406)

- **Deliberação n.º 471/AML/2018 - Recomendação n.º 042/01**
- **Resultante do Parecer da 3.ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 402/CM/2018** - Aprovar a versão final da proposta do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa - Subscrita pela 3.ª Comissão Permanente
pág. 2364 (515)

- **Deliberação n.º 472/AML/2018 - Recomendação n.º 042/02** - Resultante do Relatório da 7.ª Comissão Permanente sobre a visita à Escola Básica 1 - O Leão de Arroios - Subscrita pela 7.ª Comissão Permanente
pág. 2364 (515)

- **Deliberação n.º 473/AML/2018 - Proposta n.º 002/CDS-PP/2018 - Retificada** - Manuais Escolares Gratuitos para o Ensino Profissional - Subscrita pelos Grupos Municipais do CDS-PP, MPT e PPM
pág. 2364 (517)

- **Deliberação n.º 474/AML/2018 - Proposta n.º 003/CDS-PP/2018 - Retificada** - Rede de Cuidadores em Lisboa - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP
pág. 2364 (518)

- **Deliberação n.º 475/AML/2018 - Proposta n.º 702/CM/2018**
- **Apreciação do ponto 7 da parte deliberativa da Proposta n.º 702/CM/2018** - Autorização da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, para os anos de 2019 e 2020, relativa à «Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores de Bombeiros»
- Processo n.º 08/CPI/DA/DCP/2018, nos termos da proposta
- Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 2364 (519)

- **Deliberação n.º 476/AML/2018 - Proposta n.º 703/CM/2018**
- **Apreciação do ponto 8 da parte deliberativa da Proposta n.º 703/CM/2018** - Autorização da assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, para os anos de 2018 e 2019, relativa à «Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores de Bombeiros»
- Processo n.º 05/AD/DA/DCP/2018, nos termos da proposta
- Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 2364 (566)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

42.ª Reunião / 27.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2018/11/13

DELIBERAÇÃO N.º 470/AML/2018

Proposta 402/CM/2018 – Versão final do Plano de Pormenor do Casal do Pinto,
nos termos da proposta.

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado

Aprovada por Maioria com a seguinte votação final: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/
PAN/ PEV/ MPT/ 9 IND – **Abstenção:** CDS-PP/ PPM

PROPOSTA N.º 402/2018

Assunto: Aprovar a versão final da proposta do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal.

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Património e Obras Municipais

Serviço: DMU/ DP/ DPT

Considerando que:

Através da Deliberação n.º 437/CM/2016, aprovada em reunião pública de 27 de julho de 2016 e publicada no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1173, de 11 de agosto de 2016, foi aprovada a proposta de Modelo Urbano do Plano de Pormenor do Casal do Pinto, que se desenvolve em função de quatro elementos estruturantes (a Praça, o Parque Urbano, o Bairro da Picheleira e a Azinhaga do Curral), traduz as opções de desenho urbano e vem dar resposta aos objetivos definidos nos Termos de Referência do mencionado Plano, os quais foram aprovados conforme Deliberação n.º 913/CM/2009, publicada no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 814, de 24 de setembro de 2009;

DELIBERAÇÃO Nº 475/AML/2018

Proposta 702/CM/2018 – Apreciação do ponto 7 da parte deliberativa da **Proposta 702/CM/2018** - Autorização da **assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos**, para os anos de 2019 e 2020, relativa à “**Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores de Bombeiros**” - Processo nº 08/CPI/DA/DCP/2018, *nos termos da proposta*.
Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva

Votação na CML:

Aprovada por Maioria com a seguinte votação: **Favor 9** (5PS, 1Ind, 1PSD, 1PCP, 1BE) - **Contra 0** - **Abstenção: 4** (4CDS-PP)

Votação na AML:

Aprovado, sem discussão, por Maioria com a seguinte votação: **Favor:** PS/ PSD/ PCP/ BE/ PEV/ 8 IND – **Abstenção:** CDS-PP/ PAN/ MPT/ PPM
(Ausência de um Deputado(a) Municipal Independente da Sala de Plenário)

PROPOSTA N.º 702/2018

Assunto: Deliberação de decisão de contratar da “Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores de Bombeiros” - Processo nº 08/CPI/DA/DCP/2018, com recurso ao concurso público com publicidade internacional; de aprovação das peças de concurso; de nomeação do júri, com delegação de competências neste e, ainda, de submissão à Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual, com a consequente repartição de encargos, nos termos da proposta.

Pelouro: Finanças

Serviços: DMF/DA/DCP

Considerando que:

1. É necessário garantir o fornecimento continuado de combustíveis, dos tipos gasóleo e gasolina, para a frota municipal, a qual integra veículos de remoção de resíduos urbanos, veículos ligeiros, veículos pesados, máquinas e equipamentos, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros e uma vez que o contrato em vigor está em vias de se extinguir, por cumprimento integral;
2. Para assegurar o fornecimento destes bens nos meses que medeiam o término do contrato que se encontra, ainda, em vigor e o que irá resultar do concurso cuja proposta aqui se apresenta, foi preparado um procedimento, com recurso a um ajuste

direto por critérios materiais, tendo a correspondente proposta sido agendada, em simultâneo com esta;

3. Associada à presente proposta de aquisição é, ainda, necessário garantir os encargos com portagens, bem os resultantes de abastecimento de combustíveis em postos públicos, mediante a utilização de cartões associados à aquisição que se pretende contratar;
4. Não existem em vigor, quer na Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), quer na Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P. (eSPap), contratos ao abrigo de acordo quadro para seleção de fornecedores de combustíveis rodoviários, atentas as obrigações do caderno de encargos que irá regular a presente aquisição, razão pela qual será necessário formar este procedimento;
5. Nesta medida, foi preparada a “Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores de Bombeiros” - Processo nº 08/CPI/DA/DCP/2018, com um prazo de vigência de 1 (um) ano;
6. O contrato a celebrar implica o pagamento de um preço e que o preço máximo que a Câmara Municipal de Lisboa, se encontra disposta a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto desta aquisição de bens e pelo referido período de um ano, se encontra fixado no caderno de encargos com o montante de 3.510.942,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
7. De acordo com o disposto no nº 3 do artigo 47º do Código dos Contratos Públicos (CCP) é exigida a fundamentação da fixação do preço base, tendo este parâmetro do caderno de encargos sido alcançado pelos preços de referência deste tipo de bens constantes plataforma da Entidade Nacional para Setor Energético, EPE (ENSE);
8. Face ao preço base, o procedimento será tramitado com recurso a um concurso público, nos termos da alínea c) do n.º 1 e da alínea d) do nº 2 do artigo 16º, conjugado com a alínea a) do artigo 20º e, ainda, de acordo com os artigos 130º e seguintes, todos do CCP, sendo que este concurso carece de publicidade internacional, de acordo com o Regulamento Delegado UE 2017/2365 da Comissão Europeia, de 18 de dezembro de 2017 que, assim, procedeu à atualização do montante definido na alínea c) do nº 3 do artigo 474º do CCP;
9. Para cumprimento da norma contida nº 2 do artigo 46º-A do CCP, é, também, proposto que este procedimento não seja contratado por lotes, estando esta circunstância fundamentada na informação do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica, que refere que a adjudicação por lotes poderia causar graves constrangimentos e inconvenientes, durante a execução do contrato, ao nível da gestão de frota e do controlo de custos e consumos, socorrendo-se, assim, do fundamento apresentado nas alíneas a) e b) do n.º 2 do referido artigo 46º-A, quando ali se refere que:

- “a) a sua separação causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante;*
b) Quando, por imperativos técnicos ou funcionais, a gestão de um único contrato se revele mais eficiente para a entidade adjudicante.”;

10. Nos termos do disposto da alínea c) do n.º 1 do artigo 40.º do CCP, as peças de formação de contratos, no caso dos concursos públicos, são o anúncio, programa de procedimento e o caderno de encargos, definindo estes todos os aspetos da execução das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, submetendo à concorrência, apenas, o fator preço da aquisição, através da avaliação do desconto, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP;
11. As peças do procedimento anteriormente referidas deverão ser aprovadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, tal como exigido no n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos;
12. Nos termos do disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, é necessário proceder à designação do Júri do Procedimento, matéria que pertence, também, à entidade competente para decisão de contratar;
13. Os encargos resultantes desta aquisição têm enquadramento atual na orgânica L04.02, nos termos e nas rubricas económicas atuais, indicadas no quadro seguintes:

GASOLINA - rubrica económica 02.01.02.01

ANO	S/IVA	IVA23%	Total
Ano 2019 8 meses	83.004,66 €	19.091,07 €	102.095,73 €
Ano 2020 4 meses	41.502,34 €	9.545,54 €	51.047,88€
TOTAL	124.507,00 €	28.636,61 €	153.143,61€

GASÓLEO - rubrica económica 02.01.02.02

ANO	S/IVA	IVA23%	Total
Ano 2019 8 meses	2.237.023,34 €	514.515,37 €	2.751.538,71 €
Ano 2020 4 meses	1.118.511,66 €	257.257,68 €	1.375.769,34 €
TOTAL	3.355.535,00 €	771.773,05 €	4.127.308,05 €

PORTAGENS - rubrica económica 02.02.10

ANO	S/IVA	IVA	Total
Ano 2019 8 meses	20.600,00 €	Isento	20.600,00 €
Ano 2020 4 meses	10.300,00 €	Isento	10.300,00 €
TOTAL	30.900,00 €		30.900,00 €

14. O encargo total previsto com o pagamento de portagens, para o período de um ano, não excederá a verba de € 30.900,00, estando esta despesa isenta de IVA ao abrigo do artigo 16º, nº 6, alínea c) do Código do IVA;
15. Para cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 10º do Regulamento do Orçamento de 2018, foram emitidos os pareceres pela Direção Municipal de Finanças, com os PEF's nºs 548, 549 e 551, juntos ao processo;
16. A assunção do compromisso plurianual desta aquisição deverá ser previamente autorizada pela Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, uma vez que a despesa a realizar não se encontra a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 671-B/CM/2017, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 16 de janeiro e publicada nos 2º e 3º Suplementos do Boletim Municipal nº 1250, de 1 de fevereiro;
17. Somente com a autorização da Assembleia Municipal poderemos afirmar que a repartição de encargos se encontra abrangida pelo artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho;

18. Para todas as restantes aprovações a Câmara Municipal é o órgão competente, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, por força da norma contida na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro que aprovou a primeira versão do Código dos Contratos Públicos e conforme o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com exceção, como atrás mencionado, da assunção do compromisso plurianual cuja competência é da Assembleia Municipal, nos termos das disposições já invocadas.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

1. Aprovar, nos termos anteriormente expressos, a decisão de contratar “Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores de Bombeiros” - Processo n.º 08/CPI/DA/DCP/2018, com o preço base de 3.510.942,00€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, no montante de 800.409,66€, o que perfaz um encargo total de 4.311.351,66€ e pelo prazo de execução de 1 (um) ano, nos termos do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Aprovar, nos termos do artigo 38.º do CCP, a escolha do tipo de procedimento, recorrendo-se ao concurso público, nos termos da alínea c) do n.º 1 e da alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º, conjugado com a alínea a) do artigo 20.º e, ainda, de acordo com os artigos 130.º e seguintes, todos do CCP, sendo que este concurso carece de publicidade internacional, de acordo com o Regulamento Delegado UE 2017/2365 da Comissão Europeia, de 18 de dezembro de 2017 que, assim, procedeu à atualização do montante definido na alínea c) do n.º 3 do artigo 474.º do CCP.
3. Aprovar, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, as peças deste concurso: o anúncio, programa de concurso e o caderno de encargos, as quais contêm as informações técnicas e jurídicas aplicáveis ao concurso e à natureza da aquisição a realizar.
4. Designar, nos termos do artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, os elementos que integrarão o Júri do procedimento, sendo este constituído do seguinte modo:
EFFECTIVOS:
Presidente: Alberto Almeida – Técnico Superior (Engenheiro) da DMHU/DRMM
1.º Vogal: João Braga - Coordenador Técnico da DMF/DA/DCCE
2.º Vogal: Paula Leitão - Técnica Superior (Jurista) da DMF/DA/DCP
SUPLENTE:
Presidente: Raquel Águas – Chefe de Divisão de Gestão de Frota da DMHU/DRMM
1.º Vogal: Rui Mendes – Técnico Superior da DMF/DA/DCCE
2.º Vogal: Ana Oliveira ou Ana Domingues ou Ana Pereira, todas Técnicas Superiores (Juristas) da DMF/DA/DCP.
5. Designar Maria de Fátima Agostinho Rodrigues Guedes da Silva, na qualidade de gestora do procedimento na plataforma eletrónica de contratação pública - “acinGov” e suas suplentes Maria de Fátima Silva Ferreira Almeida ou Sandra Rodrigues, todas da DMF/DA/DCP.

6. Delegar, nos termos do n.º 2 do artigo 69º, no Júri do Procedimento, as seguintes competências:
- i) Prestar esclarecimentos, nos termos do artigo 50º do CCP;
 - ii) Classificar documentos da proposta, ao abrigo do artigo 66º do CCP;
 - iii) Notificar os interessados das decisões da entidade adjudicante que apreciem questões que decorrem no procedimento, anteriores ao relatório final, nos termos do artigo 467º do CCP.
7. Submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a assunção do compromisso plurianual desta aquisição para os anos de 2019 e 2020, nos termos melhor explanados nos quadros infra, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, uma vez que a despesa a realizar não se encontra a coberto do ponto 2 da parte deliberativa da Proposta nº 671-B/CM/2017, aprovada em Assembleia Municipal na reunião de 16 de janeiro e publicada nos 2º e 3º Suplementos do Boletim Municipal nº 1250, de 1 de fevereiro, bem como autorização para que, sem ultrapassar o montante global indicado nem o ano do termo dos contratos, se possam fazer ajustamentos aos valores anuais previstos em função dos consumos e serviços que efetivamente ocorram, e ainda autorização prévia para consequentes e futuras assunções de compromissos plurianuais, em relação aos mesmos anos económicos:

GASOLINA - rubrica económica 02.01.02.01

ANO	S/IVA	IVA23%	Total
Ano 2019 8 meses	83.004,66 €	19.091,07 €	102.095,73 €
Ano 2020 4 meses	41.502,34 €	9.545,54 €	51.047,88€
TOTAL	124.507,00 €	28.636,61 €	153.143,61€

GASÓLEO - rubrica económica 02.01.02.02

ANO	S/IVA	IVA23%	Total
Ano 2019 8 meses	2.237.023,34 €	514.515,37 €	2.751.538,71 €
Ano 2020 4 meses	1.118.511,66 €	257.257,68 €	1.375.769,34 €
TOTAL	3.355.535,00€	771.773,05€	4.127.308,05 €

PORTAGENS - rubrica económica 02.02.10

ANO	S/IVA	IVA	Total
Ano 2019 8 meses	20.600,00 €	Isento	20.600,00 €
Ano 2020 4 meses	10.300,00 €	Isento	10.300,00 €
TOTAL	30.900,00 €		30.900,00 €



DACM
Prop. n.º 706/2018
Fls. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da
União Europeia n.º __/CPI/DA/DCP/2018**

**Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos,
máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do
Regimento de Sapadores Bombeiros**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



ÍNDICE

Artigo 1.º Objeto do procedimento	
Artigo 2.º Entidade adjudicante	
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	
Artigo 4.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento.....	
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento.....	
Artigo 6.º Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	
Artigo 7.º Concorrentes	
Artigo 8.º Agrupamentos.....	
Artigo 9.º Proposta e documentos	
Artigo 10.º Propostas variantes	
Artigo 11.º Modo de apresentação da proposta.....	
Artigo 12.º Prazo para apresentação de propostas.....	
Artigo 13.º Abertura de propostas.....	
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta	
Artigo 15.º Critério de adjudicação.....	
Artigo 16.º Esclarecimentos e suprimientos das propostas	
Artigo 17.º Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final.....	
Artigo 18.º Adjudicação	
Artigo 19.º Documentos de habilitação e modo de apresentação.....	
Artigo 20.º Caução	
Artigo 21.º Minuta e outorga do contrato	
Artigo 22.º Despesas e encargos.....	
Artigo 23.º Impugnações administrativas.....	
Artigo 24.º Prevalência	
Artigo 25.º Legislação aplicável	
ANEXO I Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	
ANEXO II Minuta da proposta	

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS – DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA



ANEXO IV Modelo de declaração.....	
ANEXO V Modelo de Garantia Bancária	
ANEXO VI Modelo de Seguro caução.....	
ANEXO VII Modelo de Guia de Depósito.....	



Artigo 1.º **Objeto do procedimento**

1. O presente procedimento de contratação tem por objeto principal a "Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros", cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos do procedimento.
2. O presente procedimento inclui, ainda, o fornecimento de cartões e os serviços decorrentes da sua utilização, de terminais, de pedestais, de software e hardware e assistência técnica nos termos definidos no Caderno de Encargos.
3. Este procedimento reveste a forma de concurso público, nos termos do preceituado na alínea c) do n.º 1) do artigo 16.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), na sua versão atualizada e republicada pelo decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com vista à celebração de um contrato de aquisição de bens móveis, previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º do CCP.
4. Os bens objeto do presente concurso classificam-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) – 09100000-0, correspondente à descrição de "combustíveis", indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008.
5. Os concorrentes devem apresentar proposta para a totalidade do fornecimento, sob pena de exclusão.

Artigo 2.º **Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, através da Direção Municipal de Finanças, Departamento de Aprovisionamentos, Divisão de Gestão de Contratos Especiais, sita no Campo Grande, 25, 9.º A, 1749-099 Lisboa, freguesia de Alvalade, sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças, Departamento de Aprovisionamentos, Divisão de Contratação Pública, sita no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt.

Artigo 3.º **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, aprovada em reunião de ____/____/____ através da Proposta n.º ____/____, e a competente repartição de encargos foi autorizada pela Assembleia Municipal de Lisboa na reunião de ____/____/____, nos termos das disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação da Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 4.º **Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

1. O presente procedimento processa-se, integralmente, na plataforma eletrónica "acinGov", utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da lei n.º 96/2015, de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma "acinGov" apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.



3. O programa do procedimento e o caderno de encargos podem ser consultados na Central de Compras Municipal, sita no Campo Grande, n.º 25, 9.º Piso - Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas.
4. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e *download*, na plataforma eletrónica "acinGov" durante o período indicado no número anterior, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
5. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
6. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica "acinGov". A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
7. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707451451.
8. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica "acinGov".
9. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. No primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. Até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se



encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.

6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo anterior sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo anterior, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 8.º

Agrupamentos

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 4, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do decreto-lei n.º 231/81, de 28/07.



Artigo 9.º
Proposta e documentos

1. A proposta, declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) – **Anexo I** - a este programa de procedimento disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter?lang=pt>, devendo ser preenchido de acordo com as informações aí constantes a saber:
 - i. "Sou um operador económico";
 - ii. "Importar um DEUCP";
 - iii. Carregar documento" – Selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante na plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt>;
 - iv. Selecionar o país do concorrente;
 - v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - vi. No final, guardar o ficheiro e imprimir em formato PDF para apresentação com a proposta;

b) Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contém os atributos da proposta e os termos ou condições, relativos a aspetos de execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos a que se pretende que o concorrente se vincule:

Proposta contratual, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** a este programa de procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante e que deve ser integralmente preenchido;

- 2. O preço da proposta será expresso em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;
- 3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 5. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
- 6. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 10.º
Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Artigo 11.º
Modo de apresentação da proposta

- 1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica "acinGov" até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.



2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “acinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da lei n.º 96/2015, de 17/08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato zip ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da lei n.º 96/2015, de 17/08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov” pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 12.º

Prazo para apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante através da plataforma eletrónica “acinGov”, até às 23:59h do dia indicado na referida Plataforma.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

Artigo 13.º

Abertura de propostas

1. O júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica “acinGov”.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.



4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 15.º

CrITÉrio de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar o preço total mais baixo para um ano de vigência de contrato.

3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, os fatores de desempate são os seguintes, pela ordem infra indicada:

- a) Primeiro fator de desempate: Melhor valor de desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público do gasóleo no abastecimento a granel;
- b) Segundo fator de desempate: Melhor valor de desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público do gasóleo no abastecimento nos postos públicos;
- c) Terceiro fator de desempate: Melhor valor de desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público da gasolina no abastecimento a granel;
- d) Quarto fator de desempate: Melhor valor de desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público da gasolina no abastecimento em postos públicos.

3. Em caso de subsistência do empate, a adjudicação será efetuada à proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica.

Artigo 16.º

Esclarecimentos e suprimentos das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

3. O júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

4. O júri pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.



5. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica "acinGov", devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Artigo 17.º

Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP.
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica "acinGov", para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.
5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente artigo.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 18.º

Adjudicação

1. Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de avaliação das propostas;
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte e para prestar caução, se devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º, indicando expressamente o seu valor.
4. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este seja reduzido a escrito.



Artigo 19.º

Documentos de habilitação e modo de apresentação

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica “acinGov”, no prazo de dez dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
2. A declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP deve ser emitida conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante.
3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na *internet* o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
7. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
8. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
9. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de 10 (dez) dias para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica “acinGov”.

Artigo 20.º

Caução

1. A caução, fixada no valor de 5% do preço contratual, é destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com essa celebração e deve ser prestada por qualquer dos meios admitidos no CCP.
2. O adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
3. Quando a caução for prestada mediante garantia bancária, seguro-caução ou depósito em dinheiro, deverão ser adotados os termos dos modelos constantes dos **Anexos IV, V e VI** (Modelo de Garantia Bancária, Modelo de Seguro Caução e Modelo de Guia de Depósito) deste programa de procedimento e que dele fazem parte integrante.



4. Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a 200.000,00 €.

Artigo 21.º
Minuta e outorga do contrato

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do CCP, a minuta de contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar em simultâneo com a decisão de adjudicação e é notificada ao adjudicatário também em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa, ou quando não haja reclamação, nos termos do artigo 102.º do CCP, nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
3. A outorga do contrato deverá ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias, após a aceitação da minuta pelo adjudicatário ou da decisão da reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 22.º
Despesas e encargos

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, incluindo as relativas à prestação da caução e visto do Tribunal de Contas, constituem responsabilidade dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 23.º
Impugnações administrativas

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos – decisões administrativas ou peças de procedimento - devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica "acinGov".

Artigo 24.º
Prevalência

As normas do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 25.º
Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA - DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS – DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA



ANEXO I
Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica.



ANEXO II

Minuta da proposta

_____ (indicar nome ou denominação social, estado, profissão e morada ou sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para a aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo as afetas ao Regimento de Sapadores Bombeiros, a que se refere o anúncio datado de ____/____/____, obriga-se a celebrar o contrato em conformidade com o Programa do Procedimento e Caderno de Encargos respetivo e nas seguintes condições:

1 – Descontos para o abastecimento a granel:

- a) Valor do desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público dos gasóleos: _____ (expressos em euros, por extenso e algarismos e sem IVA).
b) Valor do desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público das gasolinas: _____ (expressos em euros, por extenso e algarismos e sem IVA).

2 – Descontos para o abastecimento em postos públicos:

(indicação do preço do desconto por litro até à quarta casa decimal)

- a) Valor do desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público dos gasóleos: _____ (expressos em euros, por extenso e algarismos e sem IVA).
b) Valor do desconto por litro a aplicar sobre o preço de venda ao público das gasolinas: _____ (expressos em euros, por extenso e algarismos e sem IVA).

3 - PREÇO TOTAL ANUAL _____ (expresso em euros, por extenso e algarismos e sem IVA).

Combustível	Abastecimento	Preços de venda ao público (s/IVA)	Descontos (s/IVA)	Quantidades/ anual/estimadas	Totais (s/IVA)
Gasóleo	Postos públicos	(_____ € - _____ €)		x (2.825.000x0,05)	= _____ €
	Granel	(_____ € - _____ €)		x (2.825.000x0,95)	= _____ €
Gasolina	Postos públicos	(_____ € - _____ €)		x (95.000x0,05)	= _____ €
	Granel	(_____ € - _____ €)		x (95.000x0,95)	= _____ €

Preço Total Anual € _____

(O Preço Total Anual resulta da soma dos produtos entre os preços por litro para o Município, isto é, já com o desconto, pelas quantidades de litros de combustível, conforme o previsto na Cl.ª 9.ª do Caderno de Encargos, considerando gasóleo rodoviário com índice de cetano mínimo de 51 e gasolina sem chumbo índice de octano (RON) mínimo de 95, estimadas na cláusula 5ª, sendo que 5% dessa quantidade será realizada em postos públicos e 95% resultante de abastecimento a granel.)

3.1 Preços de venda ao público

(O preço de venda ao público a indicar, será aquele que estiver a ser praticado, no 1.º Dia do prazo para apresentação das propostas.)

- a) **Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51** – preço por litro: _____ (expresso em euros, por extenso e algarismos e sem IVA);
b) **Gasolina sem chumbo, índice de octano (RON) mínimo de 95** – preço por litro: _____ (expresso em euros, por extenso e algarismos e sem IVA).

4 – Prazo de pagamento _____ dias (cláusula 18ª do Caderno de Encargos).



5 - Prazo máximo para o fornecimento a granel é de _____ horas contado após a solicitação por parte do Município de Lisboa, sendo que a quantidade mínima para a entrega é _____ litros (ambos de acordo com o ponto 1 da Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos). A notificação para a realização do fornecimento é _____ (descrever as várias formas que o Município de Lisboa poderá utilizar para solicitar os abastecimentos a granel)

6 - Prazo máximo para início das reparações dos bens e/ou equipamentos é de _____, contados após a comunicação por parte do Município de Lisboa. O prazo máximo de reparação é de _____, contados após o início das reparações (de acordo com a Cláusula 12ª do Caderno de Encargos).

7 - Prazo máximo para início das reparações e assistência técnica do software e hardware é de _____, contados após a comunicação por parte do Município de Lisboa. O prazo máximo da sua conclusão é de _____, contados após o início da assistência (de acordo com o ponto 13 da Cláusula 6ª do Caderno de Encargos).

8 - Os postos públicos para abastecimento externo, encontram-se localizados _____ (indicar as moradas conforme ponto 2 da Cláusula 6ª do Caderno de Encargos).

9 - Totalidade de bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros a fornecer são: _____ (discriminar, indicando a totalidade dos bens, equipamentos e outros, excluindo os combustíveis, a fornecer conforme as cláusulas 6ª e 7ª do Caderno de Encargos), cujo valor unitário é de: _____ (indicação do respetivo valor unitário, para efeitos do previsto no ponto 3.2 da Cláusula 6ª do Caderno de Encargos).

10 - O Plano de montagem _____ (apresentar plano para a montagem ou substituição/remoção dos equipamentos solicitados, com indicação da possibilidade ou impossibilidade de abastecimento interno durante tal processo, respetivo prazo de execução e modalidade de abastecimento durante a eventual impossibilidade de abastecimento interno, para efeitos do previsto na Cláusula 6ª do Caderno de Encargos).

A todas as quantias não excecionadas, acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data,

Assinatura,



ANEXO IV
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



ANEXO V
Modelo de Garantia Bancária

O Banco (nome da instituição de crédito), com sede em(morada), pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (.....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de vai outorgar e que tem por objeto, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa, sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20....

Observações:

- 1 - Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.
- 2 – Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do imposto.



ANEXO VI
Modelo de Seguro caução

A Companhia de Seguros....., com sede em....., pessoa coletiva n.º....., matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de..... (.....euros), presta a favor do Município de Lisboa, seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de..... (...euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a....., assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ele Município de Lisboa, vai outorgar e que tem por objeto....., regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Lisboa sem que este tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Lisboa, dede 20....

Observações:

- 1 - Qualquer rasura deverá ser ressalvada e as assinaturas dos diretores, etc. devem ser reconhecidas na qualidade em exercício.
- 2 – Pagamento do Imposto de Selo nos termos da Tabela Geral do imposto.



ANEXO VII
Modelo de Guia de Depósito

Euros..... €

Vai(*nome do adjudicatário*), residente (ou com escritório) em na
depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por
extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito-caução
exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público n.º
.....”, de harmonia com o disposto no Programa do
Procedimento e a notificação da adjudicação, ofício n.º, datado dede de 20....

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data,

Assinatura,



DACM
Prop. n.º 402/2018
Fls. _____

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da
União Europeia n.º /CPI/DA/DCP/2018**

**Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos,
máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do
Regimento de Sapadores Bombeiros**

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS.....	
Capítulo I – Disposições Gerais	
Cláusula 1.ª Objeto	
Cláusula 2.ª Preço	
Cláusula 3.ª Contrato	
Cláusula 4.ª Vigência do contrato	
Cláusula 5.ª Quantidades estimadas de consumo	
Capítulo II - Obrigações contratuais	
Secção I - Obrigações do cocontratante.....	
Cláusula 6.ª Obrigações principais	
Cláusula 7.ª Procedimentos para o abastecimento	
Cláusula 8.ª Atualização do preço	
Cláusula 9.ª Preços dos produtos	
Cláusula 10.ª Responsabilidade do cocontratante.....	
Cláusula 11.ª Formação profissional.....	
Cláusula 12.ª Prazo máximo de intervenção.....	
Cláusula 13.ª Inspeções e outras obrigações necessárias para o fornecimento	
Cláusula 14.ª Patentes, Licenças e Marcas registadas	
Cláusula 15.ª Dever de sigilo	
Cláusula 16.ª Atualizações jurídico-comerciais	
Secção II - Obrigações do contraente público.....	
Cláusula 17.ª Preço contratual	
Cláusula 18.ª Fatura e condições de pagamento	
Cláusula 19.ª Gestor do Contrato	
Capítulo III - Sanções contratuais e resolução	
Cláusula 20.ª Sanções contratuais	



Cláusula 21. ^a Força maior.....	
Cláusula 22. ^a Resolução por parte do contraente público	
Cláusula 23. ^a Resolução por parte do cocontratante	
Capítulo IV - Disposições Finais	
Cláusula 24. ^a Foro competente	
Cláusula 25. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	
Cláusula 26. ^a Comunicações e notificações.....	
Cláusula 27. ^a Contagem dos prazos	
Cláusula 28. ^a Legislação aplicável.....	



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I – Disposições Gerais

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de concurso público que tem por objeto principal a “Aquisição de combustíveis líquidos rodoviários para veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, incluindo os do Regimento de Sapadores Bombeiros.”
2. O presente procedimento inclui, ainda, o fornecimento de cartões e os serviços decorrentes da sua utilização, de terminais, de pedestais, de software e hardware e assistência técnica nos termos definidos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª Preço

O preço máximo total que o contraente público se dispõe a pagar pela totalidade dos bens a adquirir no período de vigência do contrato é de 3.510.942,00 € (três milhões quinhentos e dez mil novecentos e quarenta e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.ª Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2/10, pela Lei n.º 3/2010, de 27/04, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14/12, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30/12, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07, pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2/10 e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e respetivas Declarações de Retificação.



Cláusula 4.ª
Vigência do contrato

1. O contrato terá início com a respetiva celebração e visto do Tribunal de Contas, mantendo-se em vigor pelo período de um (1) ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurarão para além da cessação do contrato.
2. O contrato considera-se cumprido, e em consequência extinto, se antes do decurso do prazo se proceder ao pagamento integral do preço contratual.
3. Caso não seja alcançado o valor máximo do contrato durante a sua vigência, o cocontratante não tem direito a qualquer indemnização.

Cláusula 5.ª
Quantidades estimadas de consumo

- 1 - As quantidades estimadas de consumo são as seguintes:
 - a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 – 2.825.000 litros/ano;
 - b) Gasolina sem chumbo, índice de octano (RON) mínimo de 95 – 95.000 litros/ano.
- 2 – O contraente público reserva-se o direito de não atingir ou de ultrapassar as quantidades acima referidas.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do cocontratante

Cláusula 6.ª
Obrigações principais

O cocontratante tem como obrigação os seguintes fornecimentos:

1 - Combustível a granel

Fornecimento de combustíveis para abastecimento de viaturas municipais, que deverá ser garantido de forma ininterrupta, possuindo estes as características que cubram as especificações exigidas pelos fabricantes dos veículos e restante legislação.

- 1.1 - O fornecimento a granel será realizado em Lisboa, nos seguintes locais:
 - a) Olivais 2, sito na Av. Infante D. Henrique, Lote 1, 1800-220 Lisboa, durante toda a duração do contrato;
 - b) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 1ª Companhia, sito na Av. D. Carlos I;
 - c) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 2ª Companhia, sito na Rua Filinto Elísio;
 - d) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 3ª Companhia, sito na Av. Rio de Janeiro;
 - e) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 4ª Companhia, sito no Largo da Graça;
 - f) Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / Companhia de Intervenção Especial, sito na Av. Dr. José Espírito Santo.



1.2 - O fornecimento a granel deverá ocorrer até 48 horas após a respetiva requisição e realiza-se com uma quantidade a partir de 5.000 litros.

2 - Combustível e postos públicos do cocontratante

O cocontratante deverá ter dois postos concessionados na zona Ocidental do concelho de Lisboa (dividida pelo eixo constituído pela Av. da Liberdade/Av. António Augusto de Aguiar/Av. dos Combatentes), e mais dois postos localizados a uma distância não superior a 3km lineares, das instalações municipais, Olivais 2, sitas na Av. Infante D. Henrique Lote-1 1800-220 Lisboa. Preferencialmente estes postos deverão estar distribuídos de forma equidistantes em relação ao centro geométrico de cada uma das áreas descritas.

2.1 - Se o cocontratante possuir mais de dois concessionários em cada uma das áreas em questão, o Município de Lisboa optará por aqueles que considerar mais convenientes.

2.2 - O cocontratante deverá assegurar condições especiais de fornecimento nos postos que identificar nas zonas referidas no ponto 2., designadamente quanto a descontos, condições preferenciais de atendimento e outras que entenda relevantes.

2.3 - Os postos públicos do cocontratante deverão permitir o acesso e abastecimento a toda a frota municipal, incluindo veículos pesados, máquinas e equipamentos, considerando designadamente a dimensão das referidas viaturas.

3 - Bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros

3.1 - O cocontratante deverá fornecer, manter e se necessário substituir, sem quaisquer custos para o Município de Lisboa, todos os bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros abrangidos no presente fornecimento e descritos nos pontos 4 a 13 da presente Cláusula.

3.2 - Caso o Município de Lisboa, por qualquer motivo, decida pela não execução, instalação ou fornecimento por parte do cocontratante, dos bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros, nos locais indicados no ponto 1.1 da presente Cláusula, nem em outro local alternativo acordado entre as partes e dentro dos limites do objeto do contrato, haverá lugar à correspondente compensação, através da emissão da respetiva nota de crédito, pelo valor unitário apresentado na proposta do cocontratante.

4 - Reservatórios subterrâneos de combustível para abastecimentos internos

- a) O cocontratante procederá à instalação e se necessário à remoção de reservatórios já existentes, nos locais indicados no ponto 1.1 da presente Cláusula, bem como à sua posterior manutenção sem custos para o Município de Lisboa, devendo ainda garantir (instalando e/ou mantendo) a necessária tubagem de ligação entre os reservatórios e os locais de abastecimentos aos veículos da frota municipal.
- b) O cocontratante deverá proceder ao licenciamento de cada um dos postos de abastecimento a granel, indicados no ponto 1.1 da presente Cláusula, junto de todas as entidades legalmente competentes, tendo em vista a emissão de alvará de exploração, suportando, caso aconteça, os respetivos encargos e respetivas taxas.
- c) O Alvará de exploração deverá ter como Titular e único responsável, o cocontratante.
- d) As obrigações constantes das alíneas anteriores mantêm-se em caso de transferência do local de qualquer das instalações referidas.



4.1 - Capacidade dos reservatórios das instalações da Av. Infante D. Henrique, durante toda a duração do contrato:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 80.000 litros;
- b) Gasolina sem chumbo, índice de octano (RON) mínimo de 95 - 10.000 litros;

4.2 - Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 1ª Companhia - Av. D. Carlos I

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 14.000 litros;
- b) Gasolina sem chumbo, índice de octano (RON) mínimo de 95 - 10.000 litros.

4.3 - Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 2ª Companhia - Rua Filinto Elísio:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 10.000 litros;

4.4 - Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 3ª Companhia - Av. Rio de Janeiro:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 10.000 litros;

4.5 - Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 4ª Companhia - Largo da Graça:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 10.000 litros;

4.6 - Capacidade dos reservatórios das instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / Companhia de Intervenção Especial - Av. Dr. José Espírito Santo:

- a) Gasóleo rodoviário, índice de cetano mínimo de 51 - 20.000 litros;
- b) Gasolina sem chumbo, índice de octano (RON) mínimo de 95 - 10.000 litros.;

5 - Pedestais com bombas auto medidoras para abastecimentos internos de combustível, lubrificantes e outros produtos

- a) O cocontratante deverá instalar e garantir a manutenção das bombas a seguir descritas.
- b) O funcionamento das referidas bombas estará dependente da leitura e identificação do cartão do condutor, do cartão da viatura (ambos descritos no ponto 7.), da introdução dos quilómetros atuais da viatura e de um código de identificação (PIN).
- c) Excetuam-se, os casos de avaria ou de qualquer outro impedimento, nomeadamente no funcionamento do(s) terminal(s) de leitura de cartões, em que devem existir alternativas (rápidas e práticas) para a realização de abastecimentos sem os procedimentos anteriormente descritos.
- d) As obrigações constantes das alíneas anteriores mantêm-se em caso de transferência do local de qualquer das instalações referidas.

5.1 - Para as instalações da Av. Infante D. Henrique, durante toda a duração do contrato:



- a) 2 pedestais de abastecimento de gasóleo, em que cada pedestal estará equipado com 2 bombas independentes, sendo que uma será de baixo débito e a outra de alto débito;
- b) 1 pedestal de abastecimento de gasóleo com uma bomba de baixo débito;
- c) 1 pedestal de abastecimento de gasolina sem chumbo com índice de octano (RON) mínimo de 95, com 2 bombas independentes, ambas de baixo débito;
- d) 2 pedestais com 1 bomba cada, para atestos de 2 óleos lubrificantes.
- e) 1 pedestal com uma bomba, para atestos Adblue.
- f) 1 pedestal com uma bomba, para atestos de líquido refrigerante de motor.

5.2 - Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 1ª Companhia - Av. D. Carlos I,:

- a) Um pedestal com 2 bombas independentes (gasóleo e gasolina), ambas de baixo débito.

5.3 - Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 2ª Companhia - Rua Filinto Elísio:

- a) Um pedestal com 1 bomba de baixo débito (gasóleo).

5.4 - Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 3ª Companhia - Av. Rio de Janeiro:

- a) Um pedestal com 1 bomba de baixo débito (gasóleo).

5.5 - Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / 4ª Companhia - Largo da Graça:

- a) Um pedestal com 1 bomba de baixo débito (gasóleo).

5.6 - Para as instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa / Companhia de Intervenção Especial - Av. Dr. José Espírito Santo:

- a) 2 pedestais de abastecimento de gasóleo, em que cada pedestal estará equipado com 2 bombas independentes, sendo que uma será de baixo débito e a outra de alto débito;
- b) 1 pedestal de abastecimento de gasolina sem chumbo com índice de octano (RON) mínimo de 95, com 1 bombas de baixo débito;
- c) 1 pedestal com uma bomba, para atestos Adblue.

6 - Condições mínimas para os postos de abastecimento interno

6.1 - Posto de abastecimento interno da Av. Infante D. Henrique

No posto de abastecimento interno da Av. Infante D. Henrique deverá ser prevista a execução das seguintes instalações para permitir o abastecimento dos veículos da frota Municipal:

- a) Cobertura em estrutura metálica com as seguintes dimensões: comprimento 22,5 metros, largura 8,5 metros, Altura não inferior a 4,50m.



- b) Laje para abastecimento, em betão com endurecedor, com as dimensões da cobertura;
- c) Grelhas em redor da laje para recolha de derrames e lavagens, com ligação ao separador de hidrocarbonetos;
- d) Ilha central para colocação de Bombas pedestais e outros elementos necessários à operação do posto de abastecimento;
- e) Dispositivos para segurança contra incêndios, nomeadamente extintores do tipo ABC de 6kg, baldes de areia ou outros meios, de acordo com a legislação em vigor (na proximidade do posto já existe hidrante e carretel pelo que não será necessário incluir estes elementos) , incluindo a manutenção destes durante a vigência do contrato;
- f) Instruções a seguir em caso de acidente, devidamente afixadas no posto e entregues em suporte informático;
- g) Ilha para enchimento dos depósitos, com zona demarcada com laje de betão armado e rodeada de grelhas, ligadas ao separador de hidrocarbonetos (bacia de retenção);
- h) Na 1ª entrega de produtos ou sempre que houver alteração dos produtos utilizados deve(m) ser entregue(s) a(s) ficha(s) de dados de segurança em português e segundo as novas normas do REACH – Registration Evaluation and Authorisation of Chemicals.

6.2 - Postos de abastecimento interno do RSB

Nos postos de abastecimento interno do RSB deverá ser prevista a execução das seguintes instalações para permitir o abastecimento dos veículos da frota Municipal:

- a) Cobertura metálica para proteção do operador no momento do abastecimento;
- b) Laje para abastecimento e enchimento de combustíveis, em betão com endurecedor;
- c) Grelhas em redor da(s) laje(s) para recolha de derrames e lavagens, com ligação a separador de hidrocarbonetos, incluindo o fornecimento e instalação deste;
- d) Dispositivos para segurança contra incêndios, nomeadamente extintores, baldes de areia ou outros meios, de acordo com a legislação em vigor, incluindo a manutenção destes durante a vigência do contrato;
- e) Instruções a seguir em caso de acidente, devidamente afixadas no posto e entregues em suporte informático.

7 - Cartões para abastecimento

7.1 - Fornecimento de 5.500 cartões/chip (leitura por aproximação) para abastecimentos internos, dos quais:

- a) 2.200 cartões eletrónicos de identificação de viaturas por matrícula.
- b) 3.300 cartões eletrónicos de identificação dos condutores.

7.2 - Fornecimento de 120 cartões eletrónicos para abastecimentos externos, em que cada cartão terá características a definir pelo Município de Lisboa junto do cocontratante (como possibilidades de efetuar pagamentos).



7.2.1 - Pagamentos em postos de abastecimento públicos do cocontratante:

- a) Abastecimento em postos de combustíveis de Portugal e Espanha;

7.2.2 - Pagamentos de despesas com portagens:

- a) Pagamentos junto do portageiro;
- b) Pagamentos associados ao sistema "Via Verde".

8 - Fornecimento de terminais de leitura de cartões de abastecimento interno

- a) Instalação, no posto de abastecimento interno da Av. Infante D. Henrique, de 2 terminais de leitura de cartões eletrónicos;
- b) Instalação, em cada um dos postos de abastecimento interno do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, de 1 terminal de leitura de cartões eletrónicos.
- c) Disponibilização do adjudicatário para a eventual necessidade de criação de interfaces com outros softwares.

9 - Software e hardware de gestão de abastecimentos

Fornecimento e manutenção de software e de hardware (em que um equipamento servirá de servidor e mais 3 equipamentos como computadores de apoio), para o controlo e gestão de abastecimentos, com o qual se identificará e efetuará os respetivos registos.

9.1 - Procedimentos para abastecimentos internos

No momento do abastecimento, para além do registo automático da data e hora, será efetuado o registo:

- a) da viatura abastecida, através da identificação do chip associado a esta e da respetiva quilometragem, por inserção manual no terminal de leitura dos cartões, ou como opção a transmissão automática destes dados (viatura e respetiva quilometragem);
- b) do condutor que efetuou o abastecimento através da identificação do cartão eletrónico atribuído;
- c) da quantidade e o tipo de produto abastecido, através de registo automático;
- d) do terminal de leitura de cartões e de inserção manual (kms do veículo, pin, etc.), associando-o a uma ou mais bombas;
- e) da bomba em que se realizou o abastecimento;
- f) do depósito a que cada bomba está associada, com a possibilidade de parametrizar a sua capacidade total e efetuar automaticamente o cálculo da quantidade restante do produto abastecido (combustível, lubrificante ou outro) em reservatório, através do decremento baseado nas quantidades abastecidas.

9.2 - O software deverá ainda fornecer os seguintes dados:



- a) agrupar em famílias os grupos de "terminais de leitura de cartões", "bomba(s)", "depósito(s)", para, em caso de necessidade, ser efetuado o tratamento autónomo dos dados relativos aos abastecimentos realizados nas instalações dos bombeiros, relativamente aos restantes;
- b) limitar o(s) tipo(s) de produto(s) a abastecer por chips, quer os associados a viaturas quer os associados a condutores;
- c) ligações informáticas, compatíveis para exportação dos dados armazenados para software do Município de Lisboa;
- d) capacidade de comunicação informática entre todas as bombas, terminais de leitura/identificação de cartões e o servidor;
- e) tratamento informático dos dados, de forma a possibilitar a devida alteração, em caso de deteção de dados incorretos;
- f) no caso de avaria ou de qualquer outro impedimento, nomeadamente no funcionamento do(s) terminais de leitura de cartões, existência de alternativas que possibilitem a realização de abastecimentos nos postos internos de forma livre, isto é, sem os registos e identificações que são efetuados em situação normal;
- g) possibilidade de inserção e edição manual de abastecimentos e de dados;
- h) exportação para aplicação "Excel" da "Microsoft", de relatórios tipo (a indicar ao adjudicatário) - por viatura, condutor, consumos médios, etc.;
- i) criação de uma tabela dinâmica em "Access" da "Microsoft" de duplicado de todos os registos devidamente atualizados.
- j) possibilidade de comunicação e armazenamento da informação em base de dados central da CML (atualmente SGBDR ORACLE).

9.3 - Abastecimentos externos em postos públicos do adjudicatário

Fornecimento de dados, em suporte informático, relativos aos abastecimentos efetuados nos postos públicos, nomeadamente data/hora, veículo (matrícula), produto e quantidade abastecida (até ao máximo de 1 mês após o abastecimento), para que, após o tratamento informático, sejam exportados para o software de gestão de abastecimentos.

9.4 - Locais de instalação do software, hardware e tratamento de dados

Mesmo após a entrada em funcionamento de eventuais novos postos de abastecimento, o fornecimento de dados dos postos deverá estar totalmente centralizado nas instalações municipais de Olivais 2, sitas na Av. Infante D. Henrique, com possibilidade de acesso, em local a definir posteriormente, no sentido de permitir o tratamento dos dados relativos aos postos existentes nas diversas instalações do Regimento de Sapadores Bombeiros.

10 - Instalações de apoio ao Posto de abastecimento na Av. Infante D. Henrique:

10.1 Instalação de edificação tipo contentor-escritório, junto do posto de abastecimento interno, com as seguintes características:



- a) área aproximada de 10 m² (5m x 2 m) e 2,5 m de altura interior;
- b) estrutura exterior em alumínio de cor branca;
- c) 1 porta de abertura para o interior no alçado lateral (2,0 m) com fechadura;
- d) 1 janela, de abrir para o interior ou de correr, instalada no alçado frontal (5,0 m), com as dimensões aproximadas de 1,5m x 1,0 m;
- e) instalação elétrica (iluminação e tomadas);
- f) isolamento térmico da cobertura e das paredes;
- g) possuir sistema de climatização por aparelho de ar condicionado.

10.2 - Abrigo coberto para reservatórios de AdBlue e Líquido refrigerante, constituído por cobertura em chapa perfilada e painéis laterais em rede tremida incluindo 2 portas de correr com fechadura e cadeado, pavimento em betonilha, com bacias de retenção, incluindo instalação elétrica associada ao funcionamento da(s) bombas. O abrigo deverá ficar junto ao posto de abastecimento interno.

10.3 - Abrigo coberto para equipamentos de ar comprimido, fechado em alvenaria, com acesso através de porta metálica dotada de fechadura, pavimento em betonilha e com cobertura em chapa perfilada, incluindo instalação elétrica associada, iluminação, drenagem de pluviais e lavagem, ligação ao separador de hidrocarbonetos, grelhas de ventilação, incluindo ainda o cumprimento das distâncias de segurança e de todos os requisitos legais aplicáveis;

10.4 - Abrigo coberto para os óleos lubrificantes, constituído por cobertura em chapa perfilada e painéis laterais em rede tremida incluindo 2 portas de correr, pavimento em betonilha, com bacias de retenção, incluindo ainda instalação elétrica associada ao funcionamento das bombas.

11 - Atesto de ar nos pneumáticos dos veículos

Os postos de abastecimento interno deverão possuir:

- 11.1 - Construção de instalação para alojamento do compressor, depósito e equipamentos acessórios;
- 11.2 - Fornecimento de compressor de ar, com pressão máxima de funcionamento até aos 15 bar;
- 11.3 - Fornecimento de reservatório de ar comprimido, com as seguintes características:

- a) Capacidade na ordem dos 500 litros;
- b) Fabricado e concebido de acordo com a legislação de recipientes sob pressão - DIR. 87/404/CEE (EN 286.1) e Decreto-Lei n.º 97/2000 de 25 Maio ou qualquer legislação que entretanto se encontre em vigor;
- c) Equipado com manómetro aferido;
- d) Válvula de segurança (limitadora de pressão);
- e) Válvula de corte de ar comprimido;
- f) Purgador automático;



- g) Válvulas reguladoras de pressão;
- h) Dispositivo para regular e efetuar a realização de atestos de ar comprimido nos pneumáticos;
- i) Outras necessidades próprias dos postos de abastecimentos.

11.4 - Em alternativa ao definido no ponto anterior, poderá ser instalado um compressor compacto, junto ao pedestal de enchimento, desde que este assegure o enchimento de pneus de veículos pesados, nomeadamente quanto a pressões e caudais.

12 - Tratamento dos efluentes dos postos de abastecimento internos

É da responsabilidade do cocontratante a instalação de equipamento para que os efluentes líquidos resultantes de derrames, quer nos locais de abastecimento dos veículos, quer nos locais de enchimento de reservatórios dos postos, sejam encaminhados e tratados (separador de hidrocarbonetos) antes de serem lançados para o coletor de esgotos.

13 - Prazos de execução

O cocontratante obriga-se ao cumprimento dos seguintes prazos:

- a) Proceder ao abastecimento de combustíveis de forma ininterrupta ao longo do contrato;
- b) Executar todos os trabalhos, de qualquer espécie, necessários à colocação e entrada em funcionamento dos bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros, bem como pela eventual substituição/remoção dos já existentes nas instalações, no prazo máximo de um mês, a contar da data da assinatura do contrato;
- c) Proceder à manutenção dos equipamentos hardware e software, que se deverá iniciar num prazo máximo de 24 horas após a respetiva comunicação pelo Município de Lisboa e ser executada em mais 24 horas.

14 - Requisitos de Segurança e Saúde do Trabalho

O cocontratante fica obrigado ao cumprimento de todos os requisitos legais em vigor relativamente à Segurança e Saúde do Trabalho, assim como outros requisitos adotados pelo Município de Lisboa, nomeadamente os definidos no âmbito do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST) da DMHU.

15 - Requisitos constantes da Diretiva ATEX

O cocontratante fica obrigado ao cumprimento de todos os requisitos legais em vigor relativamente à Diretiva ATEX e legislação nacional contendo a sua transposição e conexa.

Cláusula 7.ª

Procedimentos para o abastecimento

1 - Para as duas formas de abastecimento, em postos públicos do cocontratante e em postos internos do contraente público, o abastecimento será realizado após prévia identificação do condutor e do veículo, mediante a leitura do cartão eletrónico, efetuando o registo automático e tratamento centralizado dos dados informáticos, no Município de Lisboa.



2 - No caso de avaria ou de qualquer outra situação que impossibilite o abastecimento em qualquer um dos postos de abastecimento internos, o cocontratante deverá indicar qual(ais) o(s) posto(s) alternativo(s), localizado(s) com o referido no ponto 2 da Cláusula 6ª, para a realização dos abastecimentos até à reposição do abastecimento interno.

3 – O contraente público emite auto de receção quando não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias em relação às características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, bem como em relação à quantidade adjudicada.

4- A assinatura do auto a que se refere o ponto anterior não isenta o cocontratante das obrigações relativas aos produtos entregues, nos termos da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de produtos de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à responsabilidade e obrigações do adjudicatário e do produtor e aos direitos do consumidor.

Cláusula 8.ª **Atualização do preço**

A atualização dos preços dos combustíveis deve ser efetuada com base na seguinte fórmula:

$$P \text{ CML} = P_{vp} - D$$

Em que:

P CML – Preço por litro para venda à CML, expresso em Euros, sem IVA mas incluindo todas as restantes taxas e impostos em vigor.

Pvp – Preço de venda ao público por litro, expresso em Euros, sem IVA, mas incluindo todas as restantes taxas e impostos em vigor,

D – Desconto, expresso em Euros por litro.

Cláusula 9.ª **Preços dos produtos**

1 - Os preços dos produtos a fornecer, através de contrato a celebrar com o contraente público, deverão ser apresentados em euros, por litro, com aproximação à respetiva décima milésima (1/10000), não incluindo o IVA, mas acrescido de todos os restantes impostos, taxas e despachos.

2 - O cocontratante deverá comunicar ou facultar a consulta ao contraente público, do preço de venda ao público em vigor a todo o momento e para todos os produtos que lhe tenham sido adjudicados.

3 - As revisões de desconto e/ou alterações da proposta, por uma das partes, durante o período de vigência do contrato a efetuar, somente se tornam efetivas após acordo mútuo por escrito.

Cláusula 10.ª **Responsabilidade do cocontratante**

1. O cocontratante é responsável por quaisquer danos verificados nos veículos, bens, pessoas ou instalações da entidade adjudicante, quando tenham origem em defeitos nos combustíveis por si fornecidos ou nos seus equipamentos instalados, ficando obrigado a suportar os custos inerentes à reposição de utilização dos mesmos, assim como os prejuízos causados pela inoperacionalidade, e obriga-se nomeadamente a:

- a) Executar o objeto do fornecimento de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
- b) Fornecer os produtos à CML, conforme as características técnicas e requisitos mínimos e as especificações do presente Caderno de Encargos;



- c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
- d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à CML, o fato que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos/a prestações dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
- e) Não alterar as condições do fornecimento dos produtos/da prestação dos serviços fora dos casos previstos nas especificações do presente Caderno de Encargos;
- f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- j) Se e quando o fornecimento a granel não puder ocorrer nos locais identificados em 1.1 da cláusula 4.ª, assegurar o abastecimento em postos públicos do cocontratante localizados conforme referido no ponto 2 da cláusula 4.ª e nos exatos termos, preços e demais condições constantes no Caderno de Encargos e respetiva proposta.

2. O cocontratante é responsável pela contratualização dos seguros legalmente exigíveis, incluindo os referentes à responsabilidade civil.

Cláusula 11.ª **Formação profissional**

O cocontratante compromete-se a promover a realização de 3 ações de formação aos utilizadores indicados pela entidade adjudicante, em cada uma das seguintes áreas:

- a) Abastecimento de combustíveis, contemplando, designadamente, normas de segurança, manuseamento e armazenagem de combustíveis, conforme estabelecido na Diretiva ATEX e legislação nacional contendo a sua transposição e conexa;
- b) Sobre o software fornecido.

Cláusula 12.ª **Prazo máximo de intervenção**

O prazo para início da reparação dos equipamentos após a comunicação da avaria ou do mau funcionamento dos mesmos não pode ser superior a 24 horas e o prazo para a conclusão da reparação não poderá ser superior a 24 horas após o início da intervenção.

Cláusula 13.ª **Inspecções e outras obrigações necessárias para o fornecimento**

1 - O cocontratante deverá proceder ao licenciamento, de acordo com o Regulamento de Construção e Exploração de Postos de Abastecimento de Combustíveis, para cada um dos postos de abastecimento a granel, indicados no ponto 1.1 da presente Cláusula 6ª, junto de todas as entidades legalmente competentes, tendo em vista à emissão de alvará de exploração, suportando, caso aconteça, os respetivos encargos e respetivas taxas.

2 - O Alvará de exploração deverá ter como único Titular e único responsável o cocontratante.



3 – Caberá, ainda, ao cocontratante promover e suportar o pagamento e a realização de todas e quaisquer eventuais inspeções, testes, certificações ou outras, que legalmente se mostrem necessárias realizar, decorrentes do presente fornecimento.

Cláusula 14.^a

Patentes, Licenças e Marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o contraente público venha a ser demandado por qualquer infração pelas autoridades, na execução do contrato, sobre os direitos mencionados no número anterior, o cocontratante deve indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do cocontratante.

Cláusula 15.^a

Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Lisboa como entidade adjudicante pública, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 16.^a

Atualizações jurídico-comerciais

1. O cocontratante deve comunicar ao contraente público qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente:
 - a) Os poderes de representação dos seus mandatários no contrato;
 - b) A sua denominação e sede social;
 - c) A sua situação jurídica;
 - d) A sua situação comercial.
2. O cocontratante obriga-se durante a vigência do contrato a manter regularizadas as obrigações fiscais para com o Estado Português e as obrigações contributivas no âmbito do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social Português, ou do Estado de que seja nacional ou onde se encontre estabelecido.

Secção II - Obrigações do contraente público



Cláusula 17.ª
Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 18.ª
Fatura e condições de pagamento

1. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25 – 8.º piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde deve constar obrigatoriamente, sob pena de devolução da mesma, o número de Compromisso e o mês a que respeita a fatura.
2. A faturação deve ser feita por local de abastecimento.
3. As faturas ou documento equivalente que sejam rececionadas na morada acima indicada 10 dias seguidos ou mais após a data da respetiva emissão serão devolvidas ao cocontratante..
4. As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e serão pagas no prazo de trinta dias a contar da data da receção das mesmas nos serviços do contraente público.
5. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos pontos 1 a 3 da presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária.
7. Nenhum pagamento pode ser efetuado antes do respectivo contrato ser visado pelo Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 19.ª
Gestor do Contrato

De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP o contraente público designará um **Gestor do Contrato**, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

Capítulo III - Sanções contratuais e resolução

Cláusula 20.ª
Sanções contratuais

1. O cocontratante está sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas presente caderno de encargos bem como às sanções ali previstas.
2. As sanções pecuniárias referidas no número anterior não obstam a que o contraente público possa exigir ao cocontratante uma indemnização pelos danos emergentes, a fixar em função da gravidade do incumprimento.
3. Combustíveis:
 - a) O contraente público poderá realizar, se o cocontratante não proceder à entrega dos combustíveis a granel



no prazo contratualmente estabelecido, abastecimentos em postos públicos a preços finais iguais ao do abastecimento a granel até a realização do fornecimento por parte do cocontratante.

b) Em alternativa ao disposto no ponto anterior serão aplicadas ao adjudicatário, até à entrega dos combustíveis ou até à rescisão do contrato e em relação a cada uma das partes, as seguintes multas diárias:

- i. 0,5 ‰ (por mil) do valor (sem IVA) do fornecimento para a totalidade dos 3 anos, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 dias de atraso;
- ii. 1 ‰ (por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 dias de atraso;
- iii. 2 ‰ (por mil) do mesmo valor nos dias subsequentes aos primeiros 20 dias, por cada dia de atraso.
- iv. As multas, na sua globalidade, não poderão exceder 20% do valor (sem IVA) do total de adjudicação.

4. Bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros:

4.1. Se o adjudicatário não proceder ao total fornecimento, ou não colocar em funcionamento todos bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros colocados em regime de comodato, descritos na cláusula 4.ª, nos prazos em que se comprometeu a fazê-lo e nos termos do clausulado do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante poderá proceder aos abastecimentos em postos públicos a preços finais iguais ao do abastecimento a granel até o adjudicatário proceder ao total fornecimento, ou colocar em funcionamento todos bens, equipamentos, aplicações informáticas e outros colocados em regime de comodato.

4.2. Em alternativa ao disposto no ponto anterior serão aplicadas ao adjudicatário até à entrega, colocação em funcionamento, ou até à rescisão do contrato e em relação a cada uma das partes, as seguintes multas diárias:

- a) 1 ‰ (por mil) do valor do bem, equipamento ou outro (sem IVA), ou da totalidade do conjunto onde este se insere, caso a sua falta ou inoperacionalidade implique não funcionalidade do conjunto onde se insere, por cada dia de atraso, nos primeiros 10 dias de atraso;
- b) 2 ‰ (por mil) do mesmo valor, por cada dia de atraso, nos segundos 10 dias de atraso;
- c) 3 ‰ (por mil) do mesmo valor nos dias subsequentes aos primeiros 20 dias, por cada dia de atraso.

5. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula serão aplicadas após audiência do cocontratante e não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

7. Todas as sanções pecuniárias aplicadas ao cocontratante serão descontadas no pagamento da fatura que se siga à decisão de aplicação da sanção pelo contraente público.

Cláusula 21.ª
Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual de prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.



3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou grupo de sociedades em que se integre, bem como as sociedades ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o co-contratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) A partir do 21.º dia de atraso no cumprimento, por parte do cocontratante, de qualquer uma das obrigações contratuais, bem como em qualquer uma das situações previstas na lei ou declaração escrita do cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante a contar da verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

Cláusula 23.ª

Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.



Capítulo IV - Disposições Finais

Cláusula 24.^a Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 25.^a Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do cocontratante carecem de autorização, por escrito, do contraente público, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.
2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o Município de Lisboa pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, não implicando a transferência de responsabilidade para qualquer dos subcontratados.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público, só poderá ser recusada pelo cocontratante, nos casos e nos termos estabelecidos no artigo 324.º do CCP.

Cláusula 26.^a Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato:
 - a) Através da plataforma "acinGov";
 - b) Por correio eletrónico;
 - c) Por carta registada com aviso de receção.
2. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada, por escrito, à outra parte com uma antecedência de 5 (cinco) dias.

Cláusula 27.^a Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) A contagem dos prazos inicia-se no dia seguinte à ocorrência do evento a partir do qual deve ser contado.
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e dias feriados.
- c) Quando o último dia de um prazo for um sábado, domingo, feriado ou dia em que os serviços do contraente público, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.



Cláusula 28.ª
Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.